



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Chapada do Piauí III Holding S.A.

31 de dezembro de 2025

Com relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Sumário

Relatório de Administração	
Relatório de auditoria sobre às demonstrações financeiras, consolidadas e individuais	

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais	1
Demonstrações do resultado	2
Demonstrações do resultado abrangente	3
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	4
Demonstrações dos fluxos de caixa	5

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Informações gerais	6
2 Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	9
3 Gestão de risco	12
4 Instrumentos financeiros por categoria	19
5 Caixa e equivalentes de caixa e conta corrente restrita	21
6 Aplicações Financeiras Vinculadas às Dívidas	22
7 Contas a receber	23
8 Contas a receber e a pagar a partes relacionadas	23
9 Tributos a recuperar	25
10 Estoques	26
11 Tributos diferidos	26
12 Investimentos	27
13 Imobilizado	28
14 Intangível	30
15 Fornecedores	31
16 Financiamentos	32
17 Tributos a pagar	35
18 Provisões	36
19 Liminar excludente de responsabilidade	40
20 Patrimônio líquido	41
21 Receita líquida de vendas	42
22 Custo do serviço de energia elétrica	42
23 Despesas gerais e administrativas e Outros ganhos e (perdas), líquidos	43
24 Resultado financeiro	44
25 Imposto de renda e contribuição social	44
26 Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído atribuível por ação	46
27 Compromissos	46
28 Atividade de investimento não envolvendo caixa	47
29 Cobertura de seguros	47
30 Eventos subsequentes	47

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A Administração da Chapada do Piauí III Holding S.A. ("Controladora", "Companhia" ou "Chapada III") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia

A Chapada III é uma sociedade anônima de capital fechado que faz parte do grupo Essentia Energia, cujo propósito é gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

A Companhia tem como objetivo objeto social a estruturação, o desenvolvimento, a implantação e a exploração de empreendimentos de energia elétrica por fonte eólica e tem como investimento as sociedades Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santo Augusto III") e Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santo Augusto V").

Governança corporativa

A Companhia mantém o seu sistema de gestão baseado nas melhores práticas de governança, atuando assim de forma ética e com respeito para com seus acionistas e demais partes relacionadas.

Responsabilidade ambiental e social

A Companhia trabalha em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho.

A Companhia possui Políticas de Sustentabilidade que contemplam os aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalho. O cumprimento da legislação vigente e a preservação do meio ambiente, assim como a preservação da saúde de todos os seus colaboradores e de quem atua em seu nome são princípios primordiais e prioridades da Companhia.

Recursos humanos

O capital humano é extremamente relevante para a Companhia, sendo a Companhia conduzida por profissionais altamente qualificados e com larga experiência no setor de energia.

A adoção de regras consoantes com as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes refletem as medidas tomadas para garantir a saúde dos colaboradores e nas práticas perpetuadas pela Companhia, quais sejam: comunicação ativa, ações de higienização de espaços e áreas de circulação, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros.

Agradecimentos

A Companhia registra os seus agradecimentos aos membros da Diretoria e do seu Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. A Companhia também deixa consignado seu agradecimento aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades do Grupo no exercício de 2025.

A Administração.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Administradores e Acionistas da
Chapada do Piauí III Holding S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Chapada do Piauí III Holding S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Chapada do Piauí III Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 28 de Abril de 2025, que não conteve modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou

representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de Abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Chapada do Piauí III Holding S.A.

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	35	40	77.071	61.968	Fornecedores	15	-	-	964	4.781
Conta corrente restrita	5	-	-	3.188	-	Financiamentos	16	-	-	13.230	12.941
Contas a receber	7	-	-	7.884	7.597	Contas a pagar a partes relacionadas	8	-	-	1.025	1.106
Contas a receber de partes relacionadas	8	-	-	423	-	Tributos e obrigações trabalhistas	17	-	-	476	2.649
Tributos a recuperar	9	1	-	2.305	2.266	IRPJ e CSLL corrente		-	-	902	-
Despesas antecipadas		-	-	-	627	Provisão de ressarcimento	18 (a)	-	-	55.277	54.401
Estoques	10	-	-	3.196	1.560	Liminar excludente de responsabilidade	19	-	-	7.934	7.724
Outras contas a receber		-	-	1	11.152	Total do passivo circulante		-	-	79.808	83.602
Total do ativo circulante		36	40	94.068	85.170						
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Financiamentos	16	-	-	71.198	82.024
Tributos a recuperar	9	-	-	498	252	Tributos diferidos	11	-	-	692	-
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	-	-	6.684	10.489	Provisão de ressarcimento	18 (a)	-	-	13.646	6.916
Depósitos judiciais	18 (c)	-	-	37	28	Provisão para desmobilização	18 (b)	-	-	2.348	1.978
Tributos diferidos	11	-	-	2.123	1.889	Provisão para causas judiciais	18 (c)	-	-	327	-
		-	-	9.342	12.658	Total do passivo não circulante		-	-	88.211	90.918
						Total do passivo		-	-	168.019	174.520
Investimentos	12	123.373	118.755	-	-	Patrimônio líquido					
Imobilizado	13	-	-	187.773	195.211	Capital social	20	146.268	146.218	146.268	146.218
Intangível	14	-	-	245	276	Prejuízos acumulados		(22.859)	(27.423)	(22.859)	(27.423)
Total do ativo não circulante		123.373	118.755	197.360	208.145	Total do patrimônio líquido		123.409	118.795	123.409	118.795
Total do ativo		123.409	118.795	291.428	293.315	Total do passivo e Patrimônio líquido		123.409	118.795	291.428	293.315

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Chapada do Piauí III Holding S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Nota	Controladora		Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Receita líquida de vendas	21	-	-	45.779	42.402
Custo de venda de energia elétrica	22	-	-	(28.574)	(25.626)
Lucro bruto		-	-	17.205	16.776
Despesas gerais e administrativas	23	(58)	11	(1.298)	(3.597)
Outros ganhos (perdas), líquidos	23	-	-	(4.650)	(3.899)
Resultado com participações societárias	12	4.618	(566)	-	-
Lucro (prejuízo) operacional		4.560	(555)	11.257	9.280
Receitas financeiras		4	1	10.646	4.965
Despesas financeiras		-	(8)	(12.363)	(11.851)
Resultado financeiro	24	4	(7)	(1.717)	(6.886)
Lucro (prejuízos) antes do imposto de renda e contribuição social		4.564	(562)	9.540	2.394
Imposto de renda e contribuição social	25	-	-	(4.976)	(2.956)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		4.564	(562)	4.564	(562)
Resultado básico e diluído atribuível por ação R\$				0,034	(0,005)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Chapada do Piauí III Holding S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	4.564	(562)	4.564	(562)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	4.564	(562)	4.564	(562)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Chapada do Piauí III Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio líquido
Em 01 de janeiro de 2024		100.968	(26.861)	74.107
Aumento de capital		45.250		45.250
Prejuízo do exercício		-	(562)	(562)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		146.218	(27.423)	118.795
Aumento de capital	1.6 (a)	50	-	50
Lucro líquido do exercício		-	4.564	4.564
Saldos em 31 de dezembro de 2025		146.268	(22.859)	123.409

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Chapada do Piauí III Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízos) antes do imposto de renda e contribuição social		4.564	(562)	9.540	2.394
Ajustes de receitas e despesas					
Amortização e depreciação	22 e 23	-	-	10.592	10.234
Baixa de ativo imobilizado	23	-	-	5.268	4.322
Resultado com participações societárias	12	(4.618)	566	-	-
Receita de aplicações financeiras vinculadas às dívidas		-	-	(962)	-
Atualização financeira de liminar excludente de responsabilidade	24	-	-	210	537
Atualização financeira de provisão de desmobilização	24	-	-	224	209
Provisão e atualização financeira de ressarcimento		-	-	15.838	15.949
Provisão para contingência e atualizações		-	-	327	-
Juros, variações monetárias e amortização de custo – financiamentos	24	-	-	9.401	8.915
Variações nos ativos operacionais					
Contas a receber		-	-	(287)	(6.631)
Contas a receber de partes relacionadas		-	-	(423)	-
Tributos a recuperar		(1)	-	(519)	267
Estoques		-	-	(1.636)	(120)
Despesas antecipadas		-	-	627	(5)
Depósitos judiciais		-	-	(9)	(2)
Outras contas a receber		-	-	11.151	(10.983)
Variações nos passivos operacionais					
Fornecedores		-	-	(2.441)	1.117
Contas a pagar a partes relacionadas		-	(215)	(81)	603
Tributos a pagar		-	-	(2.466)	242
Provisão de ressarcimento		-	-	(8.232)	(22.482)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações		(55)	(211)	46.122	4.566
Juros pagos de debêntures e financiamentos	16	-	-	(7.161)	(8.111)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(3.089)	(970)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		(55)	(211)	35.872	(4.515)
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Investimentos em controladas		-	(45.000)	-	-
Aquisições de bens do ativo imobilizado		-	-	(9.621)	(15.795)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		-	(45.000)	(9.621)	(15.795)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas		-	-	7.021	(3.251)
Resgates de aplicações financeiras vinculadas às dívidas		-	-	(2.254)	-
Conta corrente restrita		-	-	(3.188)	-
Pagamento de financiamentos	16	-	-	(12.777)	(12.568)
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	12	50	45.250	50	45.250
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		50	45.250	(11.148)	29.431
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(5)	39	15.103	9.121
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		40	1	61.968	52.847
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		35	40	77.071	61.968

As transações das atividades de investimento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 28.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Chapada do Piauí III Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Chapada do Piauí III Holding S.A. ("Controladora", "Companhia" ou "Chapada III"), com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, n.º 98, 4º andar, Jardim Europa, tem por objeto social a estruturação, o desenvolvimento, a implantação e a exploração de empreendimentos de energia elétrica por fonte eólica.

A Companhia é controlada pela Chapada Branca Holding S.A. ("Chapada Branca") que detém 100% das ações da Companhia. Em última instância a Companhia é controlada pelo Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("Pátria").

1.2 Participações societárias

A Companhia detém 100% da participação nas Sociedades de Propósito Específico ("SPEs") listadas abaixo, cuja atividade principal é a geração de energia eólica. Ao longo destas demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas são referidas conjuntamente como "Grupo".

Controladas	Sede
Ventos de Santo Augusto III Energias Renováveis S.A. ("Santo Augusto III")	Simões - PI
Ventos de Santo Augusto V Energias Renováveis S.A. ("Santo Augusto V")	Simões - PI

Os percentuais de participação societária permanecem inalterados nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024.

1.3 Outorgas de geração

O Grupo possui outorgas de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia – MME conforme listado abaixo.

SPE	Portaria MME	Término das outorgas	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada MWh/Ano
Santo Augusto III	Portaria nº 342, de 17 de julho de 2014	Julho de 2049	29,60	107.748
Santo Augusto V	Portaria nº 341, de 17 de julho de 2014	Julho de 2049	29,60	101.616
Total			59,20	209.364

1.4 Contratos de energia

Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”)

As controladas Santo Augusto III e Santo Augusto V, conjuntamente denominadas “SPEs Chapada III” firmaram Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica com 28 empresas distribuidoras de energia elétrica no 17º Leilão de Energia Nova promovido em 18 de novembro de 2013.

Pelos contratos em questão, as SPEs Chapada III comprometem-se a vender a totalidade de sua energia gerada as distribuidoras, pelo prazo de 20 anos, a contar de 01 de janeiro de 2016 ao preço médio de R\$ 132,56 por megawatt-hora (“MWh”), a serem atualizados anualmente pelo IPCA, sendo o preço médio dos CCEARs em 31 de dezembro de 2025 igual a R\$ 245,62 por MWh.

Os limites operacionais contratuais aceitáveis sem cobrança de penalidades ou pagamentos de bônus estão nas faixas que variam de 90% a 130% da energia contratada no 1º ano, 90 a 120% no 2º ano, 90% a 110% no 3º ano e 90% a 100% no 4º ano, e apurada ao final de cada ano. Ao final de cada quadriênio apura-se a entrega de ao menos 100% do volume contratado para o período. Nesses casos, os desvios superiores ou inferiores entre os volumes de energia contratados e aqueles efetivamente gerados são reconhecidos no Ativo ou Passivo, respectivamente, mediante a aplicação dos fatores de penalidades ou bônus sobre o MWh a ser entregue.

Eventuais diferenças entre a geração e a entrega de energia elétrica prevista em contrato serão compensadas em 12 parcelas pelo ressarcimento anual e/ou quadrienal, sendo que o segundo quadriênio se encerrou em 31 de dezembro de 2023 e o próximo se encerrará em 31 de dezembro de 2027.

Os contratos de *Power Purchase Agreement* (“PPA”) supracitados possuem as seguintes características:

Eólica	Volume PPA MWh/Ano	Início	Término
Santo Augusto III	122.640	jan/16	dez/35
Santo Augusto V	117.384	jan/16	dez/35
	240.024		

1.5 Contas de ressarcimentos

A conta de ressarcimento com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE reflete as diferenças entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, quando ultrapassados os limites de tolerância regulatórios, resultando no reconhecimento, por estimativa, de ativos ou passivos contratuais. A administração entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

Os eventos de *curtailment*, caracterizados por restrições de geração determinadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), afetam diretamente a capacidade de entrega de energia do Grupo. Tais eventos tornaram-se mais frequentes no Brasil a partir de agosto de 2023, quando ocorreu um apagão nacional afetando 25 estados e o Distrito Federal, interrompendo cerca de 31% da carga do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Em 24 de novembro de 2025, foi publicada a Lei nº 15.269/2025, que estabeleceu disposições específicas para o tratamento dos cortes de geração e instituiu mecanismos administrativos para eventual compensação parcial dos impactos retroativos, condicionados à apuração pelo ONS, cálculo pela CCEE e à formalização de termo de compromisso com o poder concedente.

Até a data de emissão das demonstrações financeiras, a regulamentação definitiva ainda não foi concluída e os critérios técnicos e jurídicos para apuração de eventual compensação permanecem em discussão. Dessa forma, considerando o estágio atual do processo regulatório e a ausência de definição quanto aos parâmetros aplicáveis e à efetiva materialização do direito à compensação, o Grupo não reconheceu quaisquer efeitos contábeis relacionados a esse tema nas demonstrações financeiras consolidadas de 2025, permanecendo no aguardo do posicionamento final das autoridades competentes para concluir suas análises.

(a) Ressarcimento

Ressarcimento anual: Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente à aplicação do máximo entre o preço contratual vigente e o preço de liquidação das diferenças (“PLD”) médio do ano na região Nordeste, sobre o montante em MWh que for inferior aos 90% da energia contratada. Caso a energia fornecida seja maior que os limites máximos anuais (130% no primeiro, 120% no segundo, 110% no terceiro e 100% no quarto ano) da energia contratada, o Grupo receberá o valor equivalente a aplicação do PLD da região Nordeste sobre o montante em MWh que extrapolar os limites estabelecidos para cada ano. No caso de ressarcimento em decorrência de energia fornecida ser inferior a 90%, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais após a conclusão de todo o processo de apuração no próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas.

Ressarcimento quadriênial: Caso a energia gerada no período seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente à aplicação do máximo valor entre o preço contratual vigente ajustado por um valor de penalidade de 6%, ou o PLD médio do quadriênio na região Nordeste sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado (lembrando que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%). Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada, o Grupo receberá o valor equivalente a aplicação do PLD no Nordeste sobre o montante em MWh. No caso de ressarcimento em decorrência de energia fornecida ser inferior a 100% do volume contratado para o período, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir do primeiro mês seguindo o final do último ano contratual do quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelo Grupo. O segundo quadriênio encerrou-se em 31 de dezembro de 2023 e o próximo se encerrará em 31 de dezembro de 2027.

1.6 Principais eventos ocorridos no exercício de 2025

(a) Integralização de capital

No exercício de 2025, a Companhia recebeu integralizações de capital no montante total de R\$ 50.

(b) Suspensão dos pagamentos dos ressarcimentos

Em 2025, seguindo o cronograma de liquidação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), o Grupo pagou o valor de R\$ 8.232, que se refere a parte dos saldos das contas de ressarcimento (“Conta Ressarcimento”) que reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos nos seus CCEAR e que haviam sido suspensos pela ANEEL por força do despacho nº 2.303/2019.

Novo comunicado ao mercado foi publicado pela CCEE em 15 de dezembro de 2025, novamente suspendendo os pagamentos referentes ao passivo dos ressarcimentos contratuais no ACR – Ambiente de Contratação Regulada, que serão tratados posteriormente conforme instrução regulatória e serão informados ao mercado em comunicação específica.

Chapada do Piauí III Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



1.7 Situação financeira

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Total do ativo circulante	36	40	94.068	85.170
Total do passivo circulante	-	-	(79.808)	(83.602)
Capital circulante líquido	36	40	14.260	1.568

O Capital Circulante Líquido (CCL) da Companhia, que representa a diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, apresentou, em 31 de dezembro de 2025, valor positivo de R\$ 36 na controladora (comparado a R\$ 40 positivo em 31 de dezembro de 2024) e valor positivo de R\$ 14.260 no consolidado (comparado a R\$ 1.568 positivo em 31 de dezembro de 2024).

2 Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1 Base de elaboração e apresentação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade de o Grupo dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 24.04.2026.

2.2 Principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.3 Adoção de normas contábeis – Novas e revisadas

Revisadas e vigentes

Novas normas ou alterações	Alterações	Vigência
CPC 02 Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01.01.2025

A Administração do Grupo avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Revisadas e não vigentes

Normas		Alterações	Vigência
CPC 40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	01.01.2026
CPC 48	Instrumentos Financeiros	Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração depende de condições naturais	01.01.2026
CPC 51	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	01.01.2027

A Administração do Grupo adotará essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicáveis, quando entrarem em vigor.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

2.6 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação do Grupo é o Real. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

(b) Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o Grupo não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras.

2.7 Uso de estimativas e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações financeiras do Grupo exige o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamentos por parte da Administração. Esse processo envolve a aplicação das políticas contábeis materiais do Grupo em áreas que requerem maior nível de julgamento, caracterizadas por sua complexidade. Adicionalmente, são destacadas as áreas onde as premissas e estimativas possuem impacto significativo na elaboração das demonstrações financeiras.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas do Grupo não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 13 – Imobilizado, depreciação: Aplicação das vidas úteis definidas e taxa de depreciação;

Nota explicativa 14 - Intangível: Aplicação das vidas úteis definidas e taxa de amortização;

Nota explicativa 18 (a) - Provisão de ressarcimento sobre a receita: Os saldos são avaliados e sujeitos a estimativas e premissas relacionada ao contrato de venda de energia proveniente de energia de reserva. Suas premissas e estimativas estão coerentes com as faixas para apuração da receita, cujos limites operacionais contratuais aceitáveis, sem cobrança de penalidades ou recebimentos de bônus, estão nas faixas que variam de 90% a 130% da energia contratada conforme cada ano contratual.

Nota explicativa 18 (b) - Provisão para desmobilização: Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base em estimativas e premissas, considerando as taxas de desconto NTN-B+IPCA e o valor presente dos custos previstos para a desmobilização e remoção dos ativos ao término do prazo de autorização das usinas. Esses custos são reconhecidos contra o ativo correspondente;

Nota explicativa 18 (c) - Provisão para causas judiciais: O reconhecimento e a mensuração de provisão para processos judiciais têm como principais premissas a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos.

2.8 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a Companhia e suas controladas, nas quais a Companhia detém o controle.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que este deixa de existir.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da Controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

- (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas.
- (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial.
- (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre controladas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que indiquem uma redução no valor recuperável de ativos, exigindo o reconhecimento nas demonstrações consolidadas. As principais práticas contábeis materiais das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas do Grupo.

3 Gestão de risco

3.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de mercado, b) risco de crédito; e c) risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. O Grupo não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas do Grupo. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração do Grupo gerencia sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – Variação monetária e taxa de juros	Financiamentos (TJLP)	Análise de sensibilidade	Acompanhar e fazer cenários de stress em cima da projeção de serviço da dívida.
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de	Análise de vencimento	Gestão de caixa através de instituições financeiras de primeira linha, definição de limites de concentração/exposição máxima, monitoramento dos ratings pelas principais agências.
	caixa, contas a receber de clientes	Avaliação de crédito	
Risco de liquidez	Financiamentos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Manutenção de caixa mínimo, monitoramento dos fluxos previstos e realizados, manutenção de aplicações financeiras com liquidez conforme necessário.

(a) Risco de mercado

(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Os objetivos do Grupo na gestão de seu capital consistem em assegurar a continuidade operacional de suas atividades, prover retornos aos acionistas e gerar benefícios às demais partes interessadas.

O Grupo possui contratos de financiamentos indexados à TJLP atrelado à variação do DI. Tal exposição a taxas variáveis representa um risco de fluxo de caixa para o Grupo. Com o intuito de gerir a liquidez em moeda funcional, a Administração monitora periodicamente sua exposição a esses indexadores e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco, considerando as perspectivas macroeconômicas.

Com base em variações razoavelmente possíveis nas taxas de juros, o Grupo mensura o impacto potencial no resultado. Essas análises de cenário são elaboradas para os passivos financeiros que representam as posições mais relevantes sujeitas a encargos.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o Grupo não possuía contratos de instrumentos financeiros derivativos ou de swap de taxa de juros.

(ii) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises.

As informações demonstradas no quadro mensuram, contextualmente, o impacto nos resultados do Grupo em função das variações do CDI, TJLP, IPCA.

A seguir, é apresentada a tabela demonstrativa da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros. A tabela mostra como a despesa e a receita teriam sido reconhecidas no resultado financeiro naquela data para o Grupo, ou seja, como seriam afetadas pelas mudanças no risco relevante variável que sejam razoavelmente possíveis naquela data.

Para verificar a sensibilidade da variação desses indicadores, na data-base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes, com base no cenário macroeconômico e alinhados à expectativa da Administração do Grupo: (i) considerando a taxa esperada (índices obtidos por meio de informações disponibilizadas pelo mercado) para 31 de dezembro de 2026 (impacto provável no resultado); (ii) com depreciação e apreciação de 25%; (iii) com depreciação e apreciação de 50%.

Chapada do Piauí III Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



			Controladora				
			31/12/2025				
Operação	Indexador	Saldo em exposição	Cenário I	Cenário II		Cenário III	
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		13,44%	10,08%	16,80%	6,72%	20,16%
Recursos em aplicações financeiras	CDI	34	5	3	6	2	7
			Consolidado				
			31/12/2025				
Operação	Indexador	Saldo em exposição	Cenário I	Cenário II		Cenário III	
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		13,44%	10,08%	16,80%	6,72%	20,16%
	TJLP		8,05%	6,04%	10,07%	4,03%	12,08%
Recursos em aplicações financeiras	CDI	77.023	10.353	7.764	12.941	5.176	15.529
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas e Conta corrente restrita	CDI	9.872	1.327	995	1.659	663	1.990
Financiamentos	TJLP	(84.489)	(6.805)	(5.103)	(8.506)	(3.402)	(10.207)

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado de forma centralizada pelo Grupo. Esse risco decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Para mitigar o risco associado às instituições financeiras, o Grupo mantém relacionamento com múltiplos bancos, diversificando suas operações. Os investimentos relacionados a sobras de caixa só podem ser realizados em instituições ou fundos que apresentem patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez diária e classificados como baixo risco segundo o mercado local.

Não foram ultrapassados limites de crédito durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, e a Administração não espera perdas decorrentes de inadimplência em seus ativos financeiros com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou *impaired*, e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estava aplicada em instituições consideradas de primeira linha pela Administração.

O Grupo avaliou seu histórico de recebimentos de contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras firmados no âmbito dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Adicionalmente, os montantes a receber de energia de curto prazo são liquidados via CCEE, o que reduz o risco de crédito nas transações realizadas.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é elaborada pelo departamento de Tesouraria, que monitora, por controlada, os níveis esperados de entradas e saídas de caixa, de forma a assegurar a disponibilidade adequada de recursos para cada operação. A Tesouraria também acompanha as cláusulas contratuais dos financiamentos, bem como monitora o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*), quando aplicável, com o objetivo de evitar o descumprimento de limites e obrigações previstos nos documentos dessas operações.

Essa previsão considera, ainda, os planos de financiamentos e refinanciamentos das dívidas do Grupo, o atendimento às cláusulas contratuais e, quando aplicável, exigências regulatórias, externas ou legais.

Os excedentes de caixa são aplicados pela Tesouraria em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), priorizando instrumentos com baixo risco, vencimentos compatíveis e liquidez diária, conforme as projeções mencionadas acima.

Chapada do Piauí III Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Na data-base, o Grupo mantinha CDBs e caixa disponível na Controladora de R\$ 35 (R\$ 40 em 31 de dezembro de 2024) e, no consolidado, de R\$ 77.071 (R\$ 61.968 em 31 de dezembro de 2024). Esses saldos, com liquidez diária, podem ser prontamente acessados para fins de gestão do risco de liquidez, quando necessário.

	Consolidado				Total Geral
	Vencimentos (i)				
	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 60 meses	Acima de 61 meses	
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	964	-	-	-	964
Financiamentos	19.450	18.746	50.874	22.734	111.804
Contas a pagar a partes relacionadas	1.025	-	-	-	1.025
Liminar excludente de responsabilidade	7.934	-	-	-	7.934
Provisão de ressarcimento	55.277	592	13.054	-	68.923
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	4.781	-	-	-	4.781
Financiamentos	19.939	19.420	36.339	53.462	129.160
Contas a pagar a partes relacionadas	1.106	-	-	-	1.106
Liminar excludente de responsabilidade	7.724	-	-	-	7.724
Provisão de ressarcimento	54.401	667	6.249	-	61.317

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas nos vencimentos contratuais remanescentes.

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para financiamentos.

O Grupo adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores, provisão de ressarcimento e partes relacionadas e liminar excludente de responsabilidade.

A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

3.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo na gestão de seu capital consistem em assegurar a continuidade operacional de seus negócios, visando prover retorno aos acionistas e benefícios às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital otimizada para reduzir o seu custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração realiza ou propõe — conforme as alçadas de aprovação dos acionistas — a revisão da política de pagamento de dividendos, a restituição de capital aos acionistas ou, ainda, a emissão de novas ações para, por exemplo, reduzir o nível de endividamento.

Condizentes com as práticas das companhias do setor, o Grupo monitora seu capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, compreende o saldo total dos financiamentos, deduzido do montante de caixa e equivalentes de caixa, conta corrente restrita e das aplicações financeiras vinculadas a essas operações que podem ser movimentadas (excluindo-se as não movimentáveis).

O capital total é calculado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme apresentado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumarizados:

	Nota	Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024
Total dos financiamentos	16	84.428	94.965
(-) Caixa e equivalente de caixa	5	(77.071)	(61.968)
(-) Conta corrente restrita	5	(3.188)	-
(-) Aplicações financeiras vinculadas às dívidas (i)	6	-	(10.489)
Dívida líquida		4.169	22.508
Total do patrimônio líquido		123.409	118.795
Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida)		127.578	141.303
Índice de alavancagem financeira - %		3%	16%

(i) Para o cálculo da dívida líquida em 31 de dezembro de 2025, apenas os itens (III) da nota 6 são deduzidos, pois são as contas que podem ser movimentadas a partir da rubrica de Aplicações financeiras vinculadas às dívidas.

3.3 Outros riscos considerados relevantes

(a) Risco regulatório

As atividades do Grupo, assim como as de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as operações do Grupo.

O risco de *curtailment* no setor de energia refere-se à limitação ou corte forçado da geração por decisão do Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), mesmo que haja recurso natural disponível para geração, causado por excesso de produção e/ou falta de demanda em determinados dias e horários de pico (sol forte, ventos intensos), congestionamento da rede de transmissão ou falhas em equipamento do sistema de transmissão.

Embora seja um risco inerente ao setor, tornou-se mais relevante a partir de agosto de 2023, atingindo percentuais elevados, sobretudo na região Nordeste. Esse aumento foi motivado principalmente por restrições na infraestrutura de transmissão e por uma política operativa mais conservadora do ONS após o apagão ocorrido em 15 de agosto de 2023.

Tal situação gera prejuízos e afeta a viabilidade de investimentos em renováveis, levando à busca por soluções estruturais, como melhorias na rede de transmissão, ações de incentivo, regulamentação de armazenamento e compensações financeiras, visando mitigar os impactos financeiros sobre os geradores, além de compensações financeiras aos geradores afetados

(b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no Grupo, como mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos e supressão de benefícios fiscais.

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo e em 16 de janeiro de 2025 foi sancionada a Lei Complementar nº 214/25 que regulamenta a Reforma, no entanto, vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”).

O modelo da Reforma está baseado em IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também instituído o Imposto Seletivo (“IS”), de competência federal, incidente sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de futura regulamentação.

Chapada do Piauí III Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Haverá um período de transição de 2026 até 2033, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos mencionados somente poderão ser mensurados após a conclusão da regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

(c) Mudanças climáticas

Os parques eólicos do Grupo, por essência, já são grandes contribuintes para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”), que são os principais causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas. Ao gerar energia por fonte renovável, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis, o Grupo não só fornece energia limpa para o crescimento econômico do país, como contribui para que o Brasil seja cada vez menos dependente do petróleo.

Em se tratando das consequências das mudanças climáticas e possíveis impactos sobre os negócios do Grupo, os principais riscos operacionais para os negócios são: incêndios, tempestades, com danos à infraestrutura (Linhas de transmissão, Subestações, acessos internos) com consequente interrupção de operação. Entretanto, não foram identificados riscos climáticos relevantes, exceto pela variação do recurso eólico que impacta na geração de energia. O Grupo monitora constantemente e atualiza seus estudos de recurso eólico para avaliar eventuais impactos em sua produção de energia futura.

(d) Riscos de liquidação do financiamento e ressarcimentos

O Grupo não tem gerado energia em volume suficiente para atingir os montantes acordados em seus respectivos CCEAR, majoritariamente em razão das restrições de geração impostas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) aos geradores (*curtailment*). Consequentemente, observou-se o descumprimento de *covenants* nos complexos de Chapadas, decorrente do não atingimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) definido nos contratos de financiamento com o BNDES (nota explicativa 16), desde a operacionalização dos projetos. Tal situação exigiu, anualmente, a aprovação de *waiver* por parte dos referidos credores.

Não obstante, o Grupo dispõe de caixa reforçado em decorrência dos aportes significativos realizados na Companhia, em setembro de 2024, no montante total de R\$ 80.000, em razão da aquisição dos ativos eólicos pelos novos acionistas.

Em 2025, a CCEE retomou os descontos dos valores da Conta Ressarcimento relativos aos CCEAR, referentes ao período de outubro de 2021 a outubro de 2022, cujo cronograma foi concluído em dezembro de 2025. O Grupo aguarda a divulgação de novo cronograma para as demais parcelas. O saldo estimado a ser descontado nos próximos 12 meses é de R\$ 55.277, o que deverá impactar de forma relevante os recebimentos provenientes de CCEAR.

(e) Risco de *impairment*

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o Grupo não identificou indicativos de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos.

4 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja uma conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). Não há ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado abrangente ("VJORA").

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Mensuração subsequente de ganhos e perdas

VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(c) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não foram compensados instrumentos financeiros em nenhum dos exercícios apresentados.

(e) Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 o Grupo não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

(f) Instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado

Ativos financeiros

Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 o Grupo não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Não houve mudança na classificação dos ativos e passivos financeiros entre os métodos de avaliação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado conforme o balanço do Grupo estão apresentados abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	5	35	40	77.071	61.968
Conta corrente restrita	5	-	-	3.188	-
Aplicações financeiras vinculadas às dívidas	6	-	-	6.684	10.489
Contas a receber	7	-	-	7.884	7.597
Contas a receber de partes relacionadas	8	-	-	423	-
Outras contas a receber		-	-	1	11.152
Ao custo amortizado		35	40	95.251	91.206
Passivo, conforme o balanço patrimonial					
Financiamentos	16	-	-	84.428	94.965
Contas a pagar a partes relacionadas	8	-	-	1.025	1.106
Fornecedores	15	-	-	964	4.781
Liminar excludente de responsabilidade	19	-	-	7.934	7.724
Provisão de ressarcimento		-	-	-	61.317
Ao custo amortizado		-	-	94.351	169.893

O valor contábil do financiamento classificado no circulante aproxima-se de seu valor justo em função do curto prazo remanescente até o vencimento.

Para os instrumentos classificados no não circulante, a Administração entende que o valor contábil representa uma aproximação razoável do respectivo valor justo na data do balanço, considerando que são remunerados substancialmente por taxas pós-fixadas indexadas a indicadores econômicos e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Não foi elaborada estimativa específica de valor justo.

5 Caixa e equivalentes de caixa e conta corrente restrita**Política contábil**

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo custo amortizado e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado na controladora e nas investidas.

Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Recursos em banco e em caixa	1	-	48	28
Recursos em aplicações financeiras	34	40	77.023	61.940
	35	40	77.071	61.968

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025 referiam-se a CDBs atrelados à taxa DI, remunerados a uma taxa de 97% do CDI com liquidez imediata (99% do CDI em 31 de dezembro 2024), com liquidez imediata.

Conta corrente restrita

Contas correntes não movimentáveis, constituídas exclusivamente para receber os recursos, com o objetivo de realizar o pagamento dos serviços da dívida decorrentes dos instrumentos de financiamento. O saldo no consolidado em 31 de dezembro de 2025 o saldo é de R\$ 3.188 e em 31 de dezembro de 2024 não havia saldo.

6 Aplicações Financeiras Vinculadas às Dívidas

As aplicações financeiras vinculadas são exigidas pelos contratos de financiamento são compostos pelas contas reservas mencionadas abaixo:

(i) Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES

Contas correntes de titularidade da Companhia, não movimentáveis, constituídas em benefício do BNDES, para as quais são transferidos das contas centralizadoras, até o último dia da carência, os valores necessários para perfazerem os saldos correspondentes a 3 (três) vezes os valores das últimas prestações vencidas dos serviços das dívidas.

(ii) Conta Reserva de O&M

Contas correntes de titularidade da Companhia, não movimentáveis, cujos saldos devem perfazer os montantes equivalentes a $\frac{1}{4}$ (um quarto) dos valores anuais de pagamentos de cada uma das SPEs em decorrência dos respectivos contratos de O&M, devendo providenciar-se, a cada 31 de dezembro, para que os saldos correspondam a $\frac{1}{4}$ (um quarto) dos valores de pagamentos previstos para o ano subsequente.

(iii) Conta Centralizadora

Contas correntes de titularidade da Companhia, não movimentáveis, constituídas exclusivamente para receberem os recursos derivados dos contratos de cessão de recebíveis, bem como os recursos de qualquer transferência de valor realizado pelas SPEs às suas respectivas holdings, por qualquer meio legal e contabilmente permitido, com o intuito de realizar o pagamento dos serviços das dívidas decorrentes dos instrumentos de financiamento.

Os montantes das contas supracitadas são aplicados em fundos de investimentos pelo banco administrador.

Chapada do Piauí III Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Composição

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Não circulante		
Conta Reserva do Serviço da Dívida BNDES	4.837	4.945
Conta Reserva de O&M	1.847	2.562
Conta Centralizadora	-	2.982
	6.684	10.489

7 Contas a receber

Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades das controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas.

A Administração efetua análise criteriosa no contas a receber de clientes e de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma provisão para perdas esperadas para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização.

O Grupo avaliou seus históricos de recebimentos do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Administração não julgou necessário o reconhecimento de provisão para perdas esperadas e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes. O saldo é composto conforme disposto abaixo:

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de contas a receber proveniente de venda de energia é de R\$ 7.884 (R\$ 7.597 em 31 de dezembro de 2024) no consolidado. Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, não havia títulos vencidos.

8 Contas a receber e a pagar a partes relacionadas

Política contábil

Os saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas e compartilhamento de custos e despesas, decorrem de transações com a Companhia, os quais foram realizadas em condições acordadas entre as partes para os respectivos tipos de operações.

Chapada do Piauí III Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Composição

	Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024	
	Ativo circulante	Passivo circulante	
Chapada Branca	-	184	392
Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A.	-	62	53
Asa Branca VII Energias Renováveis S.A.	-	3	-
Natureza - custos e despesas compartilhados	-	249	445
Invenergy Serviços Brasil Ltda.	423	-	-
Natureza - outras contas a receber	423	-	-
Invenergy Serviços Brasil Ltda.	-	776	661
Natureza - fornecedores	-	776	661
Total	423	1.025	1.106

Impacto no resultado

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
	Resultado	
Chapada Branca	(1.748)	(2.089)
Natureza - custos e despesas compartilhados	(1.748)	(2.089)

Compartilhamento de custos e despesas

Em 31 de dezembro 2025, o Grupo mantinha contratos de compartilhamentos de custos com partes relacionadas, a saber:

(i) Compartilhamento de custos e despesas complexo de Chapadas

As controladas da Companhia mantêm contratos de compartilhamento de custos e despesas entre as empresas do complexo de Chapada do Piauí I Holding S.A., Chapada do Piauí II Holding S.A. e Chapada do Piauí III Holding S.A., esses contratos têm por objeto o rateio, entre as empresas, dos custos e despesas incorridos na administração, operação e manutenção das usinas, desde que tais gastos gerem benefícios para as partes envolvidas.

(ii) Compartilhamento de despesas do escritório de São Paulo - SP

A controladora da Companhia Chapada Branca Holding S.A. mantém contrato de compartilhamento de despesas com suas subsidiárias, com o objetivo de compartilhar, substancialmente, despesas com pessoal, gerais e administrativas. Essas despesas são repassadas com base em critério de rateio definido em contrato firmado entre as partes.

(iv) Compartilhamento de custos e despesas do escritório de Natal - RN

Além dos contratos de compartilhamento de custos supracitados, a controladora Chapada Branca Holding S.A. mantém contrato referente aos custos do Centro de Operação de Geração ("COG") em Natal - RN, com suas subsidiárias.

Chapada do Piauí III Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



O COG monitora as operações das usinas eólicas dos complexos de Chapadas, Asa Branca e Essentia PCHs nesse sentido, os custos incorridos nessa filial, são compartilhados de acordo com a potência instalada das usinas beneficiadas.

Fornecedores

O saldo de fornecedores compreende os passivos constituídos em virtude dos contratos de operação e manutenção dos parques geradores. Os serviços atrelados a estes contratos foram prestados por entidades vinculadas ao grupo do acionista minoritário da controladora da Companhia Chapada Branca.

Outras contas a receber

O saldo de outras contas a receber decorre do mecanismo de garantia de disponibilidade previsto no contrato de operação e manutenção. Quando a disponibilidade dos parques fica abaixo do nível garantido, a prestadora de serviços deve pagar valores compensatórios à Companhia.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2025, não houve valores de remuneração atribuídos ao pessoal-chave da Administração, uma vez que as despesas relacionadas passaram a ser centralizadas por outra empresa controlada pelo Pátria. O montante total, incluindo encargos e benefícios, corresponde a R\$ 9.078. Em 31 de dezembro de 2024, o valor pago a título de remuneração ao pessoal-chave da Administração foi de R\$ 287.

9 Tributos a recuperar

Política contábil

Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação.

Composição

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
PIS/COFINS sobre ressarcimento (i)	2.018	1.986
PIS/COFINS	15	-
IRRF sobre aplicações financeiras	1	-
Outros tributos a recuperar	271	280
	2.305	2.266
Não circulante		
PIS/COFINS sobre ressarcimento (i)	498	252
	498	252
	2.803	2.518

(i) PIS, COFINS, sobre provisão de ressarcimento que representa a quantidade de energia faturada, mas não gerada no ambiente dos contratos de venda de energia valorado pelo preço dos contratos.

10 Estoques

Política contábil

Os estoques são compostos preponderantemente por peças de reposição e materiais de consumo utilizados na manutenção das atividades das usinas.

Os estoques são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição e, posteriormente, mensurados com base no custo médio. Quando ocorre a baixa de itens destinados à manutenção das usinas, esses itens são baixados pelo custo médio, com contrapartida registrada na rubrica de custos de manutenção no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de estoques é de R\$ 3.196 (R\$ 1.560 em 31 de dezembro de 2024) no consolidado.

11 Tributos diferidos

Política contábil

Os tributos diferidos ativos são constituídos com base nas diferenças temporárias entre as bases contábil e fiscal, decorrentes dos desvios apurados entre a energia gerada e a efetivamente faturada pelas controladas da Companhia, uma vez que o reconhecimento contábil ocorre por competência, enquanto a apuração fiscal ocorre por caixa, no momento da sua liquidação financeira, considera as alíquotas aplicáveis sob o regime de tributação do lucro presumido. A expectativa de realização desses montantes está alinhada aos ciclos de liquidação anuais e quadrienais dos ressarcimentos previstos nos contratos de comercialização de energia.

Os tributos diferidos passivos são referentes ao imposto de renda e contribuição social que foram constituídos com base nas diferenças temporárias existentes entre a receita financeira de aplicação financeira competência registrada na contabilidade e a receita financeira de aplicação financeira caixa utilizada como base para tributação do fiscal. Os impostos diferidos foram calculados utilizando como forma de tributação o lucro presumido.

Composição

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo de imposto diferido sobre a provisão de ressarcimento		
IRPJ e CSLL	1.703	1.676
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	1.703	1.676
IRPJ e CSLL	420	213
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de mais de 12 meses	420	213
	2.123	1.889

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de tributos diferidos passivos consolidado é de R\$ 692.

Chapada do Piauí III Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



12 Investimentos

Política contábil

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Controladora (i) está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e (ii) tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas, as controladas são consolidadas integralmente.

Composição e movimentação do investimento

	Ventos de Santo Augusto III	Ventos de Santo Augusto V	Total do investimento
Participação acionária	100%	100%	
Patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2024	35.710	38.611	74.321
Equivalência patrimonial	(193)	(373)	(566)
Aumento de capital	22.657	22.343	45.000
Saldo em 31 de dezembro de 2024	58.174	60.581	118.755
Equivalência patrimonial	2.837	1.781	4.618
Saldo em 31 de dezembro de 2025	61.011	62.362	123.373

Resumo das informações financeiras das controladas

	31/12/2025					
Controladas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Demonstração do resultado
Ventos de Santo Augusto III	44.644	100.781	40.072	44.342	61.011	2.837
Ventos de Santo Augusto V	49.394	96.579	39.742	43.869	62.362	1.781
Total	94.038	197.360	79.814	88.211	123.373	4.618

	31/12/2024					
Controladas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Demonstração do resultado
Ventos de Santo Augusto III	39.299	106.746	42.089	45.782	58.174	(193)
Ventos de Santo Augusto V	45.830	101.399	41.513	45.135	60.581	(373)
Total	85.129	208.145	83.602	90.917	118.755	(566)

13 Imobilizado

Política contábil

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

As controladas reconhecem uma obrigação para desmobilização de ativos (nota explicativa 18 (b)) no período em que elas ocorrem, com contrapartida registrada no respectivo ativo imobilizado.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

As taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, deverão ser adotadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição. Os outorgados, cujo ato de outorga não prevê indenização dos bens ao término do prazo contratual, devem amortizar esses bens pelo prazo da autorização.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo, reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A contagem da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordo com as taxas de depreciação regulatórias vigentes.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos e (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

As taxas de depreciação utilizadas nas controladas da Companhia são baseadas nas premissas dispostas na resolução normativa Nº 674/2015 de 11 de agosto de 2015 da ANEEL, limitado ao prazo de autorização.

Teste de redução ao valor recuperável

O Grupo avalia anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem possível perda no valor recuperável de seus ativos, a necessidade de realização de teste de *impairment*.

A administração não identificou indícios de perda no valor recuperável dos ativos, não sendo necessária a realização de testes de *impairment* no exercício.

Chapada do Piauí III Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



					Consolidado
	Imobilizado em andamento	Máquinas, equipamentos e outros	Edificações, obras civis e benfeitorias	Provisão de desmobilização	Total
Em 01 de janeiro de 2024	96	193.355	1.194	538	195.183
Adição	7.235	7.902	-	-	15.137
Depreciação	-	(10.119)	(56)	(28)	(10.203)
Baixa imobilizado	-	(6.440)	-	(244)	(6.684)
Baixa depreciação	-	1.778	-	-	1.778
Transferência	(2.166)	2.166	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.165	188.642	1.138	266	195.211
Custo	5.165	272.701	2.240	523	280.629
Depreciação acumulada	-	(84.059)	(1.102)	(257)	(85.418)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.165	188.642	1.138	266	195.211
Adição	1.952	6.293	-	146	8.391
Depreciação	-	(10.477)	(56)	(28)	(10.561)
Baixa imobilizado	-	(8.029)	-	-	(8.029)
Baixa depreciação	-	2.761	-	-	2.761
Transferência	(6.755)	6.755	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	362	185.945	1.082	384	187.773
Custo	362	277.720	2.240	669	280.991
Depreciação acumulada	-	(91.775)	(1.158)	(285)	(93.218)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	362	185.945	1.082	384	187.773
Taxa média anual de depreciação		4%	3%	4%	

(a) Aquisições

As adições ao imobilizado referem-se substancialmente aos investimentos no parque eólico, que consiste na substituição de peças e partes dos aerogeradores, com o objetivo de aumentar as margens de segurança e eliminar defeitos provenientes de falhas de manufatura.

(b) Bens em garantia

Conforme contrato de financiamentos junto ao BNDES, o Grupo dá ao banco a propriedade fiduciária dos aerogeradores, que estão substancialmente alocados na rubrica de máquinas, equipamentos e outros.

14 Intangível

Direito de uso de servidão

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, como servidões de passagem. Esses direitos referem-se, em geral, à passagem para linhas de transmissão associadas à geração de energia na área das usinas do Grupo e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel.

Estes ativos intangíveis são de vida útil definida e serão amortizados em 30 anos.

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares, que em geral é de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

Chapada do Piauí III Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Consolidado		
	Direito de uso de servidão	Software	Total
Em 01 de janeiro de 2024	291	16	307
Amortização	(25)	(6)	(31)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	266	10	276
Custo	457	65	522
Amortização acumulada	(191)	(55)	(246)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	266	10	276
Amortização	(25)	(6)	(31)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	241	4	245
Custo	457	65	522
Amortização acumulada	(216)	(61)	(277)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	241	4	245
Taxa média anual de amortização	5%	9%	

15 Fornecedores

Política contábil

O saldo de fornecedores representa as obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal das atividades do Grupo. Essas obrigações são classificadas como passivos circulantes se o vencimento ocorrer em até doze meses; caso contrário, são apresentadas no passivo não circulante.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de eventuais custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Composição

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Materiais e serviços	192	2.646
Aquisições de ativos imobilizados	506	1.882
Custo de transmissão	244	234
Taxa de fiscalização Aneel	22	19
	964	4.781

16 Financiamentos

Política contábil

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos captados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

Os custos financeiros incorridos em virtude da captação do e financiamento são reconhecidos em rubrica redutora da dívida no passivo e amortizados pelo prazo do contrato, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade da dívida, os custos financeiros já incorridos são reconhecidos no resultado do exercício.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos dos financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos do financiamento são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

Composição

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Financiamentos	13.247	12.941
(-) Custo de Captação	(17)	-
	13.230	12.941
Não circulante		
Financiamentos	71.242	82.106
(-) Custo de Captação	(44)	(82)
	71.198	82.024
Total	84.428	94.965

Chapada do Piauí III Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Movimentação

	Consolidado		
	Financiamentos	(-) Custo de captação	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	106.837	(108)	106.729
Provisão de juros	8.049	-	8.049
Atualização monetária	840	-	840
Amortização de custos de emissão de dívida	-	26	26
Liquidação do principal	(12.568)	-	(12.568)
Liquidação dos encargos	(8.111)	-	(8.111)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	95.047	(82)	94.965
Provisão de juros	7.145	-	7.145
Atualização monetária	2.235	-	2.235
Amortização de custos de emissão de dívida	-	21	21
Liquidação do principal	(12.777)	-	(12.777)
Liquidação dos encargos	(7.161)	-	(7.161)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	84.489	(61)	84.428

Composição por ano de vencimento

Vencimento	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	12.941
2026	13.247	12.632
2027	12.953	12.632
2028	12.953	12.632
2029	12.953	12.632
2030 a 2033	32.383	31.578
	84.489	95.047

Chapada do Piauí III Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Detalhamento dos financiamentos

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	Garantias	Consolidado	
									31/12/2025	31/12/2024
Ventos de Santo Augusto III	BNDES / N° 15.2.0607.1 - Subcréditos A1 e A2	Subcrédito A1: 23.888 Subcrédito A2: 60.525 Total: 84.413	15/03/2016	TJLP + 2,18% a.a.	Mensal	Mensal	15/06/2032	(i) Penhor de ações das SPEs e da Subholding; (ii) Penhor de máquinas e equipamentos; (iii) Cessão Fiduciária de direitos creditórios; (iv) Conta Reserva do Serviço da Dívida de 3 parcelas; (v) Conta Reserva de O&M 1/4 (um quarto) da projeção anual; (v) Fiança Corporativa de Chapada Branca.	41.949	47.191
Ventos de Santo Augusto III	BNDES / N° 15.2.0607.1 - Subcrédito A3	1.072	15/03/2016	TJLP	Mensal	Mensal	15/06/2032	(i) Penhor de ações das SPEs e da Subholding; (ii) Penhor de máquinas e equipamentos; (iii) Cessão Fiduciária de direitos creditórios; (iv) Conta Reserva do Serviço da Dívida de 3 parcelas; (v) Conta Reserva de O&M 1/4 (um quarto) da projeção anual; (v) Fiança Corporativa de Chapada Branca.	591	665
Ventos de Santo Augusto V	BNDES / N° 15.2.0607.1 - Subcréditos B1 e B2	Subcrédito B1: 23.888 Subcrédito B2: 60.525 Total: 84.413	15/03/2016	TJLP + 2,18% a.a.	Mensal	Mensal	15/06/2032	(i) Penhor de ações das SPEs e da Subholding; (ii) Penhor de máquinas e equipamentos; (iii) Cessão Fiduciária de direitos creditórios; (iv) Conta Reserva do Serviço da Dívida de 3 parcelas; (v) Conta Reserva de O&M 1/4 (um quarto) da projeção anual; (v) Fiança Corporativa de Chapada Branca.	41.949	47.191
								(-) Custo de captação de Dívidas	(61)	(82)
									84.428	94.965

Chapada do Piauí III Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



BNDES

Financiamentos obtidos junto ao BNDES mediante contrato nº 15.2.0607.1, no valor total de R\$ 169.990, firmado em 17 de dezembro de 2015, a serem pagos em 192 parcelas mensais a partir de 15 de julho de 2016, com taxa de juros de 2,18% a.a. (a título de remuneração) acima da TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Condições restritivas financeiras (“covenants”)

Para o fechamento de 31 de dezembro de 2024, a Companhia não atingiu o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) mínimo de 1,20 exigido no contrato de financiamento com o BNDES. No entanto, foi solicitado ao BNDES um *waiver* prévio ao descumprimento desta obrigação, exclusivamente para o ano de 2024, o qual foi aceito e autorizado pelo banco, em 30 de dezembro de 2024, em condição resolutive de eficácia, em caso de não apresentação, de plano de ação, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de emissão da carta, em termos aceitáveis pelo BNDES. No entanto, a Companhia não apresentou o plano de ação dentro do prazo estabelecido, o que gerou a ineficácia do *waiver* oferecido e, conseqüentemente, o inadimplemento do ICSD para o ano de 2024. Novamente, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não atingiu o ICSD mínimo de 1,20. Ainda assim, foi solicitado ao BNDES um novo *waiver* prévio ao descumprimento desta obrigação, exclusivamente para o ano de 2025, e um *waiver* ao descumprimento para o ano de 2024, os quais ainda estão em análise pelo banco. Entretanto, em 30 de dezembro de 2025, o BNDES apresentou à Companhia carta de abstenção de declaração de vencimento antecipado em virtude de descumprimento de ICSD referente ao ano de 2024 e de eventual descumprimento de ICSD referente ao ano de 2025, permanecendo as dívidas, conforme os seus cronogramas de pagamentos, entre curto e longo prazo, no entanto a Companhia ainda aguarda a apresentação de carta de *waiver* conforme solicitado ao BNDES.

17 Tributos a pagar

Política contábil

Os tributos a pagar são mantidos no passivo com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de pagamento futuro.

Composição

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
ICMS	6	754
PIS / COFINS	450	504
IRPJ / CSLL (i)	-	1.376
Tributos retido	20	15
	476	2.649

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante provisionado a título de IRPJ e CSLL foi segregado em rubrica específica no balanço patrimonial.

18 Provisões

Política contábil

As provisões são compostas substancialmente por provisões de ressarcimento, desmobilização e causas judiciais que são reconhecidas quando:

Caso o Grupo tenha uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos;

É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e

O valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida quando a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja provável.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Provisão para ressarcimento

As Contas Ressarcimentos (nota explicativa 1.5) com a CCEE refletem os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (ou seja, a diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam o registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração do Grupo entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

Composição

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Provisão de ressarcimento (i)	7.178	9.911
Provisão de despacho (ii)	48.099	44.490
	55.277	54.401
Não circulante		
Provisão de ressarcimento (i)	13.646	6.916
	13.646	6.916
Total	68.923	61.317

(i) A provisão para ressarcimento está apresentada sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 2.303/2019. Os valores reconhecidos encontram-se líquidos dos montantes relacionados a eventos de *curtailment* (cortes de geração), determinados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, decorrentes de limitações do sistema de transmissão ou requisitos operacionais. Em conformidade com a Resolução Normativa ANEEL nº 1.030/2022, que revogou a Resolução Normativa nº 927/2021, os volumes de energia não gerados em razão desses eventos foram reconhecidos como redutores da provisão de ressarcimento no exercício.

(ii) O Despacho ANEEL nº 2.303/2019 suspendeu temporariamente os ressarcimentos no âmbito do Ambiente de Contratação Regulada e da Energia de Reserva, para fins de análise e regulamentação dos eventos de *curtailment* de usinas eólicas. Tal suspensão vigorou até a conclusão da Audiência Pública nº 034/2019, que resultou na edição da Resolução Normativa nº 927/2021, posteriormente substituída pela Resolução Normativa nº 1.030/2022, atualmente vigente.

Tal regulamentação definiu metodologias distintas para apuração da energia não fornecida em decorrência dos eventos de *curtailment*, aplicáveis àqueles ocorridos até setembro de 2021 e àqueles posteriores. A operacionalização dos cálculos e reapurações dos ressarcimentos pela CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica; foi condicionada a ajustes sistêmicos e validações com o ONS, conforme comunicados ao mercado. Em dezembro de 2022, a CCEE divulgou cronograma de reapurações referente ao período de janeiro de 2018 a setembro de 2021, cujas liquidações tiveram início em junho de 2023.

Já a apuração dos eventos ocorridos de outubro de 2021 em diante, dependia da finalização da Consulta Pública ANEEL nº 22/2022, que tratou dos aprimoramentos das Regras de Comercialização em atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº 927/2021, posteriormente convertida na Resolução Normativa ANEEL nº 1.030/2022. Assim, em dezembro de 2024, foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 1.109/2024, que aprovou tais Regras viabilizando, portanto, a continuidade das reapurações para o período.

Em maio de 2025, através do comunicado CO 372/25, novo cronograma para as reapurações referentes ao período de outubro de 2021 em diante foi divulgado, e as liquidações tiveram início em julho de 2025.

No entanto, em decorrência da publicação da Lei 15.269/2025, que expande o volume de eventos de *curtailment* compensáveis ao gerador ocorridos desde 1º de setembro de 2023, anulando limites impostos pela Resolução Normativa ANEEL nº 1.030/2022, novo comunicado ao mercado foi publicado pela CCEE em 15 de dezembro de 2025, novamente suspendendo os pagamentos referentes ao passivo dos ressarcimentos contratuais no ACR – Ambiente de Contratação Regulada, que serão tratados posteriormente conforme instrução regulatória e serão informados ao mercado em comunicação específica.

Chapada do Piauí III Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Movimentação

				Consolidado	
			Passivo circulante		Passivo não circulante
	Provisão de ressarcimento	Provisão de despacho	Total	Provisão de ressarcimento	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	28.851	36.418	65.269	2.581	2.581
Provisão	7.333	6.039	13.372	6.916	6.916
Pagamento	-	(28.521)	(28.521)	-	-
Atualização financeira	-	1.700	1.700	-	-
Transferência	(26.273)	28.854	2.581	(2.581)	(2.581)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	9.911	44.490	54.401	6.916	6.916
Provisão	6.991	-	6.991	6.801	6.801
Pagamento	-	(8.232)	(8.232)	-	-
Atualização financeira	-	2.046	2.046	-	-
Transferência	(9.724)	9.795	71	(71)	(71)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	7.178	48.099	55.277	13.646	13.646

(b) Provisão para desmobilização de ativos

A mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar e recuperar o meio ambiente para condições ecologicamente similares às existentes antes do início do projeto ou atividade, ou de realizar medidas compensatórias acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade de retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental.

As provisões para desmobilização de ativos consideram que as controladas, ou seja, parques eólicos com contratos de arrendamentos dos terrenos, assumiram obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato. As provisões foram inicialmente mensuradas ao seu valor justo e, posteriormente, são ajustadas ao valor presente e a mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados pelo prazo de autorização do parque eólico.

O valor da provisão de desmobilização, no consolidado, foi contabilizado com base em estimativa do custo total de desmontagem das plantas das controladas da Companhia, conforme laudo técnico efetuado por consultor externo especialista do mercado de energia eólica. O laudo, efetuado em 2023, considera as obrigações de desmobilização existentes em função dos contratos regulatórios, ambientais e de arrendamentos dos terrenos das controladas, tendo como contrapartida o ativo imobilizado. Os valores do laudo com data base 2023 foram projetados até o término dos contratos de arrendamento dos terrenos com uma taxa de inflação de 3,50% ao ano em 2025 (3,90% em 2024) ao ano e atualizados a valor presente a uma taxa de desconto Nota do Tesouro Nacional – Série B (“NTN-B”) mais IPCA de 10,66% ao ano em 2025 (11,36% em 2024) ao ano.

Composição

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Não circulante		
Desmobilização	2.348	1.978
Total	2.348	1.978

Movimentação

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	1.978	2.013
Adição, (reversão) de AVP	146	(244)
Atualização financeira	224	209
	2.348	1.978

(c) Provisão para causas judiciais

O Grupo está envolvido em várias ações judiciais que se encontram em instâncias diversas.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude de visibilidade do processo o Grupo considere sua divulgação seja relevante. As classificações das perdas, baseiam-se nas avaliações e opiniões dos consultores jurídicos do Grupo.

Chapada do Piauí III Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, o qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação; essas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais, danos morais entre outros.

(i) Contingências prováveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, consta R\$327 (Em 31 de dezembro de 2024 não havia saldo) referente processos com probabilidade de perda avaliada como provável nas quais o Grupo esteja envolvido.

(ii) Depósitos judiciais ativos demonstrados como segue:

O Grupo possui depósitos judiciais referente às questões em andamento conforme apresentado a seguir:

Controladas	Consolidado				
	2025			2024	
	Cíveis	Tributários	Total	Tributários	Total
Ventos de Santo Augusto III	-	5	5	4	4
Ventos de Santo Augusto V	2	30	32	24	24
	2	35	37	28	28

(iii) Composição causas possíveis

Controladas	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Cíveis	Total	Cíveis	Total
Ventos de Santo Augusto III	179	179	4.261	4.261
Ventos de Santo Augusto V	179	179	4.261	4.261
	357	357	8.522	8.522

19 Liminar excludente de responsabilidade

Política contábil

Conforme determinou a Portaria nº 226, de 5 de julho de 2013 do Ministério de Minas e Energia, os empreendimentos negociados no Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-3" de 2013, ocorrido em 18 de novembro de 2013, deveriam ter seu suprimento de energia elétrica iniciado em 1º de janeiro de 2016. Nesse sentido, o Grupo através de seus consultores externos, entrou com o processo judicial contra a ANEEL, a fim de reconhecer seu direito de não ser penalizada em virtude do atraso na implementação das usinas eólicas, alegando a ocorrência de causas excludentes de responsabilidade do Grupo pelos fatores que ocasionaram os atrasos no cronograma de obras das usinas, tais como: embargo ilegal realizado por órgão ambiental incompetente – ICM-Bio; queda de linha de transmissão de outras empresas sobre as linhas de transmissão das usinas do Grupo.

As contas a pagar foram calculadas com base nos possíveis efeitos financeiros relacionados a venda de energia durante o período pré-operacional dos parques, em função do atraso no início das operações, considerando uma eventual revogação da atual liminar. As contas a pagar estão reconhecidas no passivo circulante pelo fato da liminar se tratar de uma tutela provisória que pode ser revogada a qualquer momento em caso de sentença desfavorável ao Grupo.

Chapada do Piauí III Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Tais efeitos são calculados de acordo com os dados contabilizados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica à época das liminares e atualizados mensalmente pelo IGPM - Índice Geral de Preços do Mercado e IPCA - Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo

Composição

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Liminar excludente de responsabilidade	7.934	7.724
	7.934	7.724

Movimentação

	Consolidado	
	Liminar excludente de responsabilidade	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024	7.187	7.187
Atualização financeira	537	537
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.724	7.724
Atualização financeira	210	210
Saldos em 31 de dezembro de 2025	7.934	7.934

20 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito da Companhia totalizava R\$ 146.400 (R\$ 146.218 em 31 de dezembro de 2024), representado por 146.400.000 ações (146.217.536 em 31 de dezembro de 2024).

Desse montante, R\$ 146.268 (R\$ 146.218 em 31 de dezembro de 2024), correspondentes a 146.267.536 ações (146.217.536 em 31 de dezembro de 2024), encontram-se totalmente subscritos e integralizados. O saldo remanescente, de R\$ 132, correspondente a 132.464 ações, permanece a integralizar.

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de setembro de 2025, o capital social será aportado em até cinco anos, contados a partir da data da referida Assembleia.

O Grupo não possui ações autorizadas. Abaixo segue a composição do capital social subscrito e integralizado por ações ordinárias:

Acionistas	%	Controladora e Consolidado			
		31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
		Quantidade de ações	Capital social integralizado	Quantidade de ações	Capital social integralizado
Chapada Branca	100	146.267.536	146.268	146.217.536	146.218
		146.267.536	146.268	146.217.536	146.218

21 Receita líquida de vendas

Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle dos bens é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual as controladas da Companhia esperam ter direito por esses bens. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é composta pela receita ocorrida pela venda de energia elétrica (faturada ou não faturada).

Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
	MWh	Valor	MWh	Valor
Receita com contrato de energia (CCEAR)	240.024	58.958	240.024	56.239
(-) Provisão de ressarcimento		(13.792)		(14.249)
Receita bruta mercado regulado		45.166		41.990
Venda de energia no mercado bilateral	201	26	-	-
Venda de energia partes relacionadas	5.458	2.506	-	-
Compensação CCEE		72		2.271
Receita bruta mercado livre		2.604		2.271
Total receita bruta		47.770		44.261
(-) Impostos sobre vendas		(1.734)		(1.616)
(-) TFSEE		(257)		(243)
		45.779		42.402

22 Custo do serviço de energia elétrica

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
	Energia elétrica comprada para revenda (i)	(2.595)
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	(2.948)	(2.814)
Custo de operação (a)	(23.031)	(20.505)
	(28.574)	(25.626)

(i) A compra de energia está relacionada a duas operações: (a) necessidade compra de lastro para cobertura da redução de garantia física das usinas do complexo; (b) recomposição do lastro da média móvel de 12 meses.

Chapada do Piauí III Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



(a) Custo de operação

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(1.036)	(822)
Operação e Manutenções (i)	(7.239)	(835)
Materiais, serviços de terceiros e outros (i)	(2.469)	(8.607)
Gestão ambiental (ii)	(135)	-
Aluguel (iii)	(783)	-
Seguro (iv)	(601)	(7)
Taxas de licenças, permissões e associações (ii)	(49)	-
Água, luz, esgoto e telecomunicação (ii)	(38)	-
Despesas tributárias (ii)	(52)	-
Viagens (iii)	(25)	-
Depreciações e amortizações	(10.592)	(10.234)
Outras despesas (iii)	(12)	-
	(23.031)	(20.505)

(i) Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica de Operações e manutenções e Materiais, serviços de terceiros e outros ficou apresentado invertido.

(ii) Em 31 de dezembro de 2024, as rubricas de Taxas de licenças, permissões e associações, Água, luz, esgoto e telecomunicação, Despesas tributárias e Gestão ambiental foram apresentadas em conjunto com a rubrica de Operações e manutenções.

(iii) Em 31 de dezembro de 2024, as rubricas de Aluguel, Viagem e Outras despesas foram apresentadas em conjunto com a rubrica de Operação e Manutenções.

(iv) Em 31 de dezembro de 2024, os gastos com Seguros eram contabilizados como despesas.

23 Despesas gerais e administrativas e Outros ganhos e (perdas), líquidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de terceiros	(57)	-	(501)	(777)
Materiais, manutenção e Veículos (i)	-	-	(7)	-
Aluguéis	-	-	(10)	(7)
Seguros	-	-	(1)	(683)
Água, luz, esgoto e telecomunicação	-	-	(2)	(1)
Viagens	-	-	(30)	(113)
Despesas tributárias	-	-	(8)	(16)
Pessoal (ii)	-	-	(679)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(1)	11	409	89
Provisão contingências (i)	-	-	(326)	-
Taxas de licenças, permissões e associações (i)	-	-	(143)	-
Despesas compartilhadas (ii)	-	-	-	(2.089)
Outros ganhos (perdas), líquidos (iv)	-	-	-	(3.899)
Perda na baixa do imobilizado (v)	-	-	(5.268)	-
Outros ganhos (v)	-	-	618	-
	(58)	11	(5.948)	(7.496)

(i) Em 31 de dezembro de 2024, as rubricas Materiais, manutenção e veículos; Taxas de licenças permissões e associações; e Provisão contingências foram apresentadas em conjunto com a rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

(ii) Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica Pessoal foi apresentada em conjunto com a rubrica de Despesas compartilhadas.

(iii) Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica Despesas compartilhadas era apresentada pelo valor total consolidado das despesas compartilhadas. Já em 31 de dezembro de 2025, essas despesas passaram a ser apresentadas de forma detalhada, com contabilização segregada por rubrica de despesa ou por custo, conforme aplicável.

(iv) Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica Outros ganhos e (perdas) foi apresentada fechada.

(v) A soma destas duas rubricas corresponde a rubrica Outros ganhos e (perdas) líquidos da DRE.

Chapada do Piauí III Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



As baixas de imobilizado referem-se à campanha de manutenção da Companhia, na qual são realizadas substituições de grandes componentes dos aerogeradores.

24 Resultado financeiro

Política contábil

As receitas financeiras decorrentes de aplicações financeiras são reconhecidas com base na taxa de juros pactuada contratualmente. Os juros são apropriados ao valor dos ativos financeiros, em contrapartida de receitas financeiras.

As receitas financeiras sobre contas a receber vencidas são reconhecidas pelo critério *pro rata temporis*, utilizando-se a taxa de juros prevista em contrato. Tais encargos são incorporados ao saldo das contas a receber, com registro em receitas financeiras.

As despesas financeiras relativas a debêntures e financiamento são reconhecidas com base nas taxas de juros contratuais, observando-se o regime de competência.

Não foram efetuadas compensações entre receitas e despesas financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	4	1	10.572	4.669
Variações cambiais	-	-	-	222
Outras receitas financeiras	-	-	74	74
	4	1	10.646	4.965
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	-	-	(7.145)	(8.049)
Atualização monetária sobre financiamentos	-	-	(2.235)	(840)
Amortização de custos de emissão de dívida	-	-	(21)	(26)
Comissões bancárias	-	-	(175)	(155)
Multas, juros, tarifas e taxas	-	-	(15)	-
Atualização financeira de desmobilização	-	-	(224)	(209)
Atualização financeira de ressarcimento (i)	-	-	(1.972)	(1.638)
Liminar excludente de responsabilidade	-	-	(210)	(537)
Variações cambiais	-	-	(71)	-
Outras despesas financeiras	-	(8)	(295)	(397)
	-	(8)	(12.363)	(11.851)
Resultado financeiro	4	(7)	(1.717)	(6.886)

(i) A atualização financeira da provisão do ressarcimento está apresentada líquida dos efeitos de PIS e COFINS.

25 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os tributos diferidos ativo nas controladas são constituídos com base nas diferenças temporárias existentes entre a base de cálculo contábil e fiscal oriundas dos desvios apurados entre a energia gerada e a efetivamente faturada do Grupo. Os impostos diferidos foram calculados utilizando como forma de tributação

Chapada do Piauí III Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



o lucro presumido. A expectativa de realização dos respectivos impostos está de acordo com os ciclos anuais e quadriennais dos contratos de comercialização de energia.

Os tributos diferidos passivos são constituídos com base nas diferenças temporárias das receitas financeiras de aplicações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social na Controladora são apurados com base no regime de tributação do lucro real e nas controladas são apurados com base no regime de tributação do lucro presumido. Com base neste último regime, o lucro tributável corresponde a 8% da receita de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeiras, para fins de imposto de renda, e 12% das vendas de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeira, para fins de contribuição social.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para imposto de renda e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízos) antes do imposto de renda e contribuição social	4.564	(562)	9.540	2.394
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros	(1.552)	191	(3.244)	(814)
Despesas permanentes não dedutíveis	-	-	-	-
Prejuízos fiscais	(18)	1	(18)	1
Resultado de equivalência patrimonial	1.570	(192)	-	-
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido	-	-	(1.714)	(2.143)
Encargo fiscal	-	-	(4.976)	(2.956)
Corrente	-	-	(4.963)	(2.569)
Diferido	-	-	(13)	(387)
Despesa de IRPJ e CSLL	-	-	(4.976)	(2.956)

Na Controladora, o saldo de prejuízo fiscal acumulado é de R\$ 949 (R\$ 895 em 31 de dezembro de 2024), o qual também constitui base negativa de contribuição social no mesmo valor.

O Em 31 de dezembro de 2025, não há saldo de diferenças temporárias acumuladas na Controladora. Em 31 de dezembro de 2024, esse saldo era de R\$ 3.

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, não foram reconhecidos os ativos de impostos diferidos relacionados a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido acumulado, pois a Companhia não tem expectativa de geração de resultado tributável futuro para realização dos respectivos valores.

26 Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído atribuível por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do lucro líquido / prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. O Grupo não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações nem instrumentos financeiros ou contratos que possam resultar na emissão de ações ordinárias como debêntures conversíveis, bônus de subscrição, opções de compra de ações, planos de remuneração baseada em ações ou ações ordinárias potenciais. Dessa forma, não houve diluição no exercício e, portanto, o resultado por ação diluído é idêntico ao resultado por ação básico.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da companhia	4.564	(562)
Quantidade média ponderada de ações	133.811	122.383
Resultado básico e diluído atribuível por ação R\$	0,034	(0,005)

27 Compromissos

	Consolidado			
	Até 1 ano	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Arrendamento (i)	2.851	8.275	30.874	42.000
Contrato de manutenção (ii)	23.295	98.390	116.857	238.542
Contrato de transmissão (iii)	3.127	17.319	20.078	40.524
	29.273	123.984	167.809	321.066

(i) Arrendamento de terrenos

Contratos firmados com os proprietários das terras onde os parques eólicos são instalados e preveem prazo de locação de até 49 anos.

Os contratos de arrendamento de terrenos preveem pagamentos integralmente variáveis, vinculados ao faturamento das controladas. Dessa forma, conforme o CPC 06 (R2) / IFRS 16, esses contratos não compõem a mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, sendo reconhecidos diretamente no resultado do exercício à medida que são incorridos.

(ii) Contrato de manutenção

Contratos de longo prazo firmados com o fornecedor de serviços e equipamentos de cada parque eólico para manutenção.

(iii) Contrato de transmissão

São os contratos de longo prazo junto com as empresas de transmissão para envio da energia gerada em cada parque eólico.

28 Atividade de investimento não envolvendo caixa

A atividade de investimento descrita abaixo não tem impacto direto sobre os fluxos de caixa correntes, muito embora afete a estrutura de capital e de ativos do Grupo.

De acordo com o CPC 03 (R2), a exclusão de transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa da demonstração dos fluxos de caixa é consistente com o objetivo da referida demonstração, visto que tais itens não envolvem fluxos de caixa no período corrente.

Principal transação que não afeta o caixa	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Aquisições de bens do ativo imobilizado - a prazo	823	8.376
Em atividades de investimentos	823	8.376

29 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos, adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As modalidades de seguros contratados pela Companhia e suas controladas refere-se principalmente a riscos operacionais com cobertura de lucros cessantes, responsabilidade civil.

30 Eventos subsequentes

Em 30 de março de 2026, as controladas da Companhia receberam formalmente os *waivers* do BNDES referentes aos descumprimentos de 2024 e 2025. Dessa forma, as dívidas permanecem classificadas entre curto e longo prazo, conforme os respectivos cronogramas de pagamento originais.

* * *

Francisco Moya Reina

Diretor Presidente

Gabriel Marinho de Farias

Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Rodrigo Cesar de Moraes

Controller

Cristiano Soares Pavane

Contador

CRC 1SP271178/O-8